

## PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/5

## Termo de Referência 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	160224-PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/5	ISAQUE PEREIRA SOUSA PONTES	11/05/2026 16:25 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	57/2026	64618.001209/2026-62

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos de óleos, lubrificantes e filtros , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. **Para qualquer discrepância entre a descrição contida no CATMAT e a descrição apresentada neste Termo de Referência, prevalecerá a descrição do do Termo de Referência.**

Item	Especificação	CATMAT /CATSER	Und	Qtd Pq R Mnt / 5	Qtd 5° RCC	Qtd total	Valor Unitário	Valor Total
1	Óleo lubrificante mineral para sistemas hidráulicos de equipamentos pesados. Graus SAE 30, Recomendado conversores de torque e Sistemas hidráulicos que atende à especificação ALLISON C-4 e Apresentem aditivos anticorrosivo e antidesgaste. Referência: LUBRAX TAC 4 SAE 30.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	471985	Tambor de 200 L	5	0	5	R\$ 9.995,37	R\$ 49.976,83
2	Óleo lubrificante mineral para sistemas hidráulicos de equipamentos pesados. Graus SAE 10W, Recomendado conversores de torque e sistemas Hidráulicos que atende à especificação ALLISON C-3 e Apresentem aditivos anticorrosivo e antidesgaste. Referência: LUBRAX TAC 3 SAE 10. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	613158	Tambor de 200 L	5	0	5	R\$ 9.140,17	R\$ 45.700,83
3	Óleo lubrificante Mineral para motores diesel turbinados, sob condições de operação severa no grau SAE 15W40 e atenda a norma API CI-4/ SL. Referência: LUBRAX TURBO 15W40.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	461660	Balde de 20L	15	0	15	R\$ 659,02	R\$ 9.885,35

4	Óleo lubrificante mineral para uso em motores dois tempos a diesel, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com nível de desempenho que atenda a norma API CF-2, no grau SAE 40, para uso Em motores DETROIT DIESEL de dois tempos das séries: 53, 71, 92 e 149. Referência: LUBRAX TURBO DD 40.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	461659	Tambor de 200 L	6	0	6	R\$ 9.149,60	R\$ 54.897,60
5	Óleo lubrificante mineral tipo ATF para transmissões automáticas, que atenda o nível de desempenho para Allison C-4. Referência: LUBRAX TURBO DD 40. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	463190	Balde de 20L	5	0	5	R\$ 1.063,02	R\$ 5.315,08
6	Fluido sintético para uso em sistemas de arrefecimento de veículos automotivos. Fluido sintético concentrado, à base De monoetileno-glicol, Que atenda a norma SAE J 1034 e NBR 13705. Referência: LUBRAX.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	601273	Balde de 20L	40	0	40	R\$ 742,32	R\$ 29.692,67
7	Fluido Hidráulico, óleo de base mineral, aditivado e com inibidor de oxidação, coloração vermelha para identificação e detecção de vazamentos, Que atenda as especificação MIL-PRF-6083F(G), OTAN C-635. Referência: RADCOLUBE RHP 6083 – Norma MIL PRF 6083G.  <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>	251546	Lata de 3,6 L	75	0	75	R\$ 1.183,00	R\$ 88.725,00
8	Lubrificante mineral destinado às caixas de transmissão,Viscosidade SAE 90, Que atenda as especificação API GL-5 e MIL-L-2105D. Referência: Óleo Lubrax GL-5.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	470290	Galão de 20L	5	0	5	R\$ 674,34	R\$ 3.371,72
9	Óleo protetivo para materiais ferrosos, em particular armas portáteis. Indicado na limpeza de resíduos de pólvora, na lubrificação e conservação. Que atenda a especificação MIL-C-372B. Referência: Lubrax UTILE PA15. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	471970	Galão de 20L	5	0	5	R\$ 1.194,80	R\$ 5.974,02
10	Querosene. Composição: hidrocarbonetos alifáticos e 0,1% benzeno. Referência: Itaqua.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	478331	galão de 5 L	200	20	220	R\$ 100,28	R\$ 22.061,60
11	Óleo lubrificante e desengripante multiuso. Referência: WD-40.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	262376	Lata 300ml	500	50	550	R\$ 45,00	R\$ 24.750,00
12	Pano costurado, retalho de malha, para limpeza de peças mecânicas.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	604890	Saco de 10 kg.	100	20	120	R\$ 119,03	R\$ 14.283,60
13	Thinner multiuso para diluição de tintas e limpeza.Referência: Itaqua.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	362421	Galão de 5L	200	10	210	R\$ 115,05	R\$ 24.160,50

14	Óleo mineral para compressores. Tipo ISO 46. . Referência: Óleo Compressor Parafuso Schulz Lub 46 Mineral 4000h 20 Lts. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	461654	Balde de 20 Litros	10	0	0	R\$ 1.869,38	R\$ 18.693,80
15	Óleo mineral hidráulico. Tipo ISO VG 46.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	461654	Balde de 20 Litros	5	0	0	R\$ 613,17	R\$ 3.065,87
16	Filtro de óleo compressor chicago pneumatic CPC 60. Código: 1031400226. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	472165	Unidade	20	0	0	R\$ 182,12	R\$ 3.642,47
17	Óleo Semi Sintético Rotair Plus. Aplicação: compressores Chicago Pneumatic. Intervalo de Troca 4000 horas. Densidade média: 868,00 kg/m³. Viscosidade (40°): 46cSt. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	461654	Galão de 5 litros.	50	0	0	R\$ 1.259,43	R\$ 62.971,50
18	Elemento filtrante para caixa TX 100, altura 202mm, diâmetro 74,30mm, diâmetro interno 28mm, material com proteção tela metálica, nsn 2940-00-678-0641 PN 5703089 (com o rings). DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	466285	Unidade	50	0	0	R\$ 134,07	R\$ 6.703,33
19	Elemento filtro de ar compressor chicago pneumatic CPVR 40. Modelo: UNIFIL UAP 726CP Referência: UNIFILTER UA P872 0P. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	605427	Unidade	10	0	0	R\$ 152,52	R\$ 1.525,23
20	Filtro separador ar/óleo compressor parafuso chicago pneumatic CPVR 40. Código: 6221372500 Referência: MAN FILTER. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	601707	Unidade	10	0	0	R\$ 1.129,64	R\$ 11.296,43
21	Filtro separador de condensado chicago pneumatic CPVR 40 (filtro da linha de ar comprimido). DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	601707	Unidade	10	0	0	R\$ 1.671,02	R\$ 16.710,17
22	Elemento filtro de ar compressor chicago pneumatic CPC 60. Código: 1092100100. Referência: MAN FILTER. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	601707	Unidade	10	0	0	R\$ 526,80	R\$ 5.268,03

23	Filtro separador ar/óleo compressor parafuso chicago pneumatic CPC 60. Código: 6221374000 Referência: ATLAS COPCO. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA.  <b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP</b>	601707	Unidade	10	0	0	R\$ 2.108,64	R\$ 21.086,37
24	Fluido Hidráulico, óleo de base mineral, aditivado e com inibidor de oxidação, coloração vermelha para identificação e detecção de vazamentos, Que atenda as especificação MIL-PRF-6083F(G), OTAN C-635. Referência: RADCOLUBE RHP 6083 – Norma MIL PRF 6083G.  <b>COTA PARA ME/EPP ( RELATIVA AO ITEM 7 )</b>	251546	Lata de 3,6 L	25	0	0	R\$ 1.183,00	R\$ 29.575,00
soma dos valores totais								R\$ 559,333,15

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador. Obs: para o órgão participante, a requisição mínima será uma unidade, e a máxima será conforme a tabela do subitem 1.1.

Item	Especificação	CATMAT /CATSER	Und	Qtd Min	Qtd Max	Total
1	Óleo lubrificante mineral para sistemas hidráulicos de equipamentos pesados. Graus SAE 30, Recomendado conversores de torque e Sistemas hidráulicos que atende à especificação ALLISON C-4 e Apresentem aditivos anticorrosivo e antidesgaste. Unidade: Tambor de 200 litros. Referência: LUBRAX TAC 4 SAE 30.	471985	Undidade	1	5	5
2	Óleo lubrificante mineral para sistemas hidráulicos de equipamentos pesados. Graus SAE 10W, Recomendado conversores de torque e sistemas Hidráulicos que atende à especificação ALLISON C-3 e Apresentem aditivos anticorrosivo e antidesgaste. Unidade: Tambor de 200 litros. Referência: LUBRAX TAC 3 SAE 10. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	613158	Undidade	1	5	5
3	Óleo lubrificante Mineral para motores diesel turbinados, sob condições de operação severa no grau SAE 15W40 e atenda a norma API CI-4/ SL. Balde de 20 litros. Referência: LUBRAX TURBO 15W40.	461660	Undidade	1	15	15
4	Óleo lubrificante mineral para uso em motores dois tempos a diesel, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com nível de desempenho que atenda a norma API CF-2, no grau SAE 40, para uso Em motores DETROIT DIESEL de dois tempos das séries: 53, 71, 92 e 149. Referência: LUBRAX TURBO DD 40. Unidade: Tambor de 200 litros.	461659	Undidade	1	6	6
5	Óleo lubrificante mineral tipo ATF para transmissões automáticas, que atenda o nível de desempenho para Allison C-4. Referência: LUBRAX TURBO DD 40. Unidade: Balde de 20 litros. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	463190	Undidade	1	5	5
6	Fluido sintético para uso em sistemas de arrefecimento de veículos automotivos. Fluido sintético concentrado, à base De monoetileno-glicol, Que atenda a norma SAE J 1034 e NBR 13705. Referência: LUBRAX.Balde de 20 litros.	601273	Undidade	1	40	40
7	Fluido Hidráulico, óleo de base mineral, aditivado e com inibidor de oxidação, coloração vermelha para identificação e detecção de vazamentos, Que atenda as especificação MIL-PRF-6083F(G), OTAN C-635. Referência: RADCOLUBE RHP 6083 – Norma MIL PRF 6083G. Unidade: lata de 3,6 l.	251546	Undidade	1	75	75
8	Lubrificante mineral destinado às caixas de transmissão,Viscosidade SAE 90, Que atenda as especificação API GL-5 e MIL-L-2105D. Referência: Óleo Lubrax GL-5. Unidade: 20 L.	470290	Undidade	1	5	5
9	Óleo protetivo para materiais ferrosos, em particular armas portáteis. Indicado na limpeza de resíduos de pólvora, na lubrificação e conservação. Que atenda a especificação MIL-C-372B. Referência: Lubrax UTILE PA15 – Galão 20 litros. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	471970	Undidade	1	5	5
10	Querosene. Composição: hidrocarbonetos alifáticos e 0,1% benzeno. Referência: Itaqua. Unidade: galão de 5 litros.	478331	Undidade	1	200	200
11	Óleo lubrificante e desengripante multiuso. Referência: WD-40. Embalagem 300 ml.	262376	Undidade	1	500	500
12	Pano costurado, retallo de malha, para limpeza de peças mecânicas. Saco de 10 kg.	604890	Undidade	1	100	100
13	Thinner multiuso para diluição de tintas e limpeza. Embalagem de 5 l. Referência: Itaqua.	362421	Undidade	1	200	200

14	Óleo mineral para compressores. Tipo ISO 46. Balde de 20 Litros. Referência: Óleo Compressor Parafuso Schulz Lub 46 Mineral 4000h 20 Lts. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	461654	Unidade	1	10	10
15	Óleo mineral hidráulico. Tipo ISO VG 46. Balde de 20 Litros.	461654	Undidade	1	5	5
16	Filtro de óleo compressor chicago pneumatic CPC 60. Código: 1031400226 DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	472165	Unidade	1	20	20
17	Óleo Semi Sintético Rotair Plus. Aplicação: compressores Chicago Pneumatic. Intervalo de Troca 4000 horas. Densidade média: 868,00 kg/m³. Viscosidade (40°): 46cSt. Galão 5 litros. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	461654	Unidade	1	50	50
18	Elemento filtrante para caixa TX 100, altura 202mm, diâmetro 74,30mm, diâmetro interno 28mm, material com proteção tela metálica, nsn 2940-00-678-0641 PN 5703089 (com o rings). DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	466285	Unidade	1	50	50
19	Elemento filtro de ar compressor chicago pneumatic CPVR 40. Modelo: UNIFIL UAP 726CP Referência: UNIFILTER UA P872 0P DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	605427	Unidade	1	10	10
20	Filtro separador ar/óleo compressor parafuso chicago pneumatic CPVR 40. Código: 6221372500 Referência: MAN FILTER. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	601707	Unidade	1	10	10
21	Filtro separador de condensado chicago pneumatic CPVR 40 (filtro da linha de ar comprimido). DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	601707	Unidade	1	10	10
22	Elemento filtro de ar compressor chicago pneumatic CPC 60. Código: 1092100100 Referência: MAN FILTER. DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	601707	Unidade	1	10	10
23	Filtro separador ar/óleo compressor parafuso chicago pneumatic CPC 60. Código: 6221374000 Referência: ATLAS COPCO DESCONSIDERAR DO CATMAT E CONSIDERAR AS ESPECIFICAÇÕES ACIMA	601707	Unidade	1	10	10
24	Fluido Hidráulico, óleo de base mineral, aditivado e com inibidor de oxidação, coloração vermelha para identificação e detecção de vazamentos, Que atenda as especificação MIL-PRF-6083F(G), OTAN C-635. Referência: RADCOLUBE RHP 6083 – Norma MIL PRF 6083G. Unidade: lata de 3,6 l.	251546	Undidade	1	25	25

1.1.2. A requisição mínima será de uma unidade para o órgão gerenciador e todos os órgãos participantes; a estimativa de consumo será de acordo coma tabela do item 1.1.1.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do(a) **do envio da nota de empenho de despesas ao e-mail da empresa cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF**. na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [PCA 2026], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000003/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 25/02/2025;

III) Id do item no PCA: 262;

VI) Classe/Grupo: 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 160224-57/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

4.1.2. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Foram adotadas referências para cada item deste certame. A marca/modelo proposta deverá ser igual ou superior, em características técnicas.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Da exigência de catálogo/ficha técnica do produto**

4.6. O pregoeiro poderá solicitar a seu critério catálogo/ficha técnica do produto das propostas que estiverem mais bem classificadas.

4.7. Os catálogos/fichas técnicas deverão ser anexadas via sistema, no prazo limite de 2(duas) horas, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventuais atrasos na entrega.

4.8. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.9. No caso de não haver entrega do catálogo/ficha técnica do produto ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de catálogo/ficha técnica do produto fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.10.1. Se o produto ofertado atende às exigências estabelecidas no Termo de Referência;

4.10.2. Se o produto ofertado está em conformidade com a proposta cadastrada.

4.11. Se o(s) catálogo(s)/ficha(s) técnica(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s)/ficha(s) técnica(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

### **Orientações Gerais**

4.12. Os insumos adquiridos deverão estar em conformidade com as referências especificadas no termo de referência. Não serão aceitos lubrificantes recondicionados ou contaminados.

4.13. A utilização de referências normativas e técnicas na aquisição de óleos e lubrificantes é essencial para garantir a conformidade legal, a qualidade dos produtos e a sustentabilidade ambiental. Segue a justificativa detalhada para a inclusão de referências específicas no Termo de Referência:

4.13.1. -atender aos padrões técnicos de lubrificação e filtragem exigidos para as viaturas da OM. Os requisitos incluem a entrega de produtos que atendam às normas de desempenho vigentes, garantindo que as trocas periódicas e manutenções corretivas ocorram sem interrupções por falta de insumos ou incompatibilidade técnica.

4.14 Os produtos fornecidos deverão apresentar prazo de validade compatível com o seu uso, considerando as condições normais de armazenamento e utilização pela Administração.

4.15 No ato da entrega, os itens deverão possuir validade suficiente para garantir sua adequada utilização, não sendo aceitos produtos com prazo exíguo que comprometa sua aplicação ou gere risco de perda por vencimento.

## **Principais determinações**

### 4.16. extrato do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

4.16.1. O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução no 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.

4.16.2. Os óleos lubrificantes para motores relacionados no art. 2o da Resolução no 804, de 2019 da ANP deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução. Observar as vedações contidas no art. 15 da Resolução no 804, de 2019 da ANP.

4.16.3. O produtor de óleo lubrificante acabado deve coletar ou garantir a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado na proporção do volume total de óleo lubrificante acabado que comercializar, destiná-lo para rerrefino ou outra utilização licenciada por órgão ambiental competente (art. 16 da Resolução ANP no 941/2023).

4.16.4. O rerrefinador ou o coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado deve dar ao óleo usado coletado o destino previsto na Resolução CONAMA no 362/2005 (art. 15, VII, da Resolução no 942 /2023; art. 12, III, da Resolução no 943/2023).

4.16.5. Todo óleo lubrificante usado ou contaminado coletado, mesmo que exceda a quantidade contratada, deverá ser destinado somente a rerrefinador ou a responsável por destinação ambientalmente adequada, com os correspondentes certificados de recebimento, no caso de rerrefino, ou documento que comprove outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente (art. 11 da Resolução no 943/2023).

## **Detalhamento das especificações técnicas (extrato do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis)**

### 4.17. Especificações técnicas

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2o Resolução no 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;



b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º da Resolução no 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º da Resolução no 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução no 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução no 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das PROVIDÊNCIA A SER TOMADA entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução no 804, de 2019 da ANP.”

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal

4.18.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a ser realizado pelo contratante no e-mail cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.2.1. **Parque Regional de Manutenção/5 - Pq R Mnt/5 (órgão gerenciador):** Av. Francisco Manoel Albizu, nº 320, Bairro: Bacacheri, Curitiba-PR, CEP: 82600-370, nos seguintes horários: de segunda à quinta-feira de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 16:30h, e nas sextas-feiras de 08:00h às 11:30h.

5.2.2. **5º Regimento de Carros de Combate:** será entregue na Base de Administração e Apoio da 5ª Região Militar, endereço: Rua 31 de Março, s/n - Pinheirinho, Curitiba - PR, 81020-490, conforme os horários acima.

## **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **Procedimentos de execução da logística reversa**

5.4. A coleta dos resíduos abrangidos pela logística reversa ocorrerá sob demanda da CONTRATANTE, que poderá solicitar a coleta dos resíduos no momento do envio da nota de empenho à CONTRATADA, que deverá realizar a coleta em até 30 dias após a confirmação do recebimento da nota de empenho( a critério da CONTRATANTE). O volume de resíduos a ser coletado será aquele efetivamente disponível na Organização Militar.

5.4.1. Estima-se entre 100 a 200 litros o volume de resíduos a ser coletado por solicitação.

5.5. Não poderá haver ônus adicional para a administração, em decorrência da coleta;e

5.6. O transporte deverá atender à legislação aplicável ao transporte de resíduos.

## **Controle da execução da coleta**

5.7. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado e, obrigatoriamente, ao final de cada ciclo de coleta:

5.7.1. Certificado de destinação final – CDF, ou documento equivalente;

5.7.2.Comprovante de coleta;

5.7.3.Licença ambiental da empresa responsável pela coleta e destinação;e

5.7.4.Qualquer outro documento exigido pela legislação ambiental vigente, não mencionado.

## **Responsabilização**

5.8. O não cumprimento das obrigações relativas à logística reversa sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato (ou instrumento equivalente), sem prejuízo da responsabilização ambiental e demais esferas cabíveis.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% ( trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 19% (dezenove por cento) a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 13% ( treze por cento) a 18% ( dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 7% ( sete por cento) a 12% ( doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% ( um por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de consolidação do Relatório de Pesquisa de Preço.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do Relatório de Pesquisa de Preço, em 08/04/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme as demandas da Contratante e por meio de emissão de nota de empenho de despesa.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

9.21 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.22 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 559,333,15 (Quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e quinze centavos) , conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1. deste termo de referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária somente será informada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (Art. 17 do DECRETO No 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023)

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.2 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a **CONTRATADA** deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133/21.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o proponente) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90007/2026, reforçando que atenderá plenamente às condições relativas à logística reversa previstas em Lei, descritas nos subitens 5.4 ao 5.8 deste Termo de Referência, bem como nos subitens 4.2 (a,b e c) do anexo I ao Termo de Referência, e que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO JOAO BUFFON JUNIOR

Chefe da equipe de planejamento

ANDREI LUAN DE OLIVEIRA MOREIRA

Assessor Técnico

MATEUS DE PAULA BUENO

Membro da equipe de planejamento



Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

**WANDERSON BRAGA DE SOUZA**

Autoridade competente